



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA
NO DIA CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária, sobre a presidência de **Manuel Salgado**, em substituição do **Presidente da Mesa** Laurentino Dias, a **Primeira Secretária** – Manuela Jordão e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foi anunciado o seguinte pedido de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez, eleita pelo PSD.-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, Alexandre Dias Leite e Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, ambos eleitos pela CDU, bem como a Presidente da Junta de Freguesia de Regadas, pelo secretário Luís Filipe Monteiro Costa.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Por fim, foi anunciado o pedido de renúncia de mandato, apresentado por Fernando Jorge Oliveira Castro Freitas Novais, eleito pela CDU. -----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e dois Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.--

-----Entrou-se de imediato para a **ordem do dia**, passando-se para o **ponto um - Apreciação e votação da 3ª revisão aos documentos provisionais de 2016**;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para, em primeiro lugar, pedir desculpa por, mais este ano, ter tido a necessidade de convocar uma sessão extraordinária. Esta sessão resultava do fato de ser a Assembleia Municipal o único órgão que podia alterar um orçamento. Este ponto dizia respeito a uma alteração ao orçamento, incluindo uma rubrica que se chamava “Intervenção no Parque Municipal



de Desportos". Prosseguiu, dizendo que não estava previsto este ano intervir no mesmo. Em boa hora a Associação Desportiva de Fafe tinha subido de divisão ou seja, neste momento, Fafe encontrava-se a disputar o campeonato da segunda divisão nacional, que tinha sido motivo de satisfação para todos, mas que criou uma dificuldade. O Parque Municipal de Desportos não tinha sofrido investimentos significativos nos últimos anos e não reunia as condições para que a Liga Portuguesa de Futebol pudesse homologar a utilização do estádio para que o Fafe jogasse em casa. Politicamente, em reunião de Câmara, entendeu-se, por unanimidade, que era importante para Fafe que a Associação Desportiva de Fafe pudesse jogar em casa, pelo que havia a necessidade de se criar as condições para que tal acontecesse. Assim sendo, era necessário intervir no estádio. E, para o fazer, tinha sido também decidido, por unanimidade, na reunião de Câmara, que deveria ser feita uma intervenção o mais transparente, mais sólida e mais segura, em termos jurídicos, de forma a preservar o melhor possível o património que era de todos. Para isso, era necessário alterar a forma que o documento que regulava a relação entre o Município e a Associação Desportiva de Fafe, o que já estava a ser feito e, também, de ter, em orçamento, a possibilidade da Câmara poder lançar concursos, intervindo utilizando os mecanismos que o Código de Contratação Pública obrigava e necessários para se poder fazer os investimentos indispensáveis para se poder jogar em Fafe. A rubrica, no orçamento, foi criada com uma dotação orçamental já volumosa, obviamente para que depois se pudesse mexer no orçamento, o que era mais fácil e podia ser autorizado pela Câmara, o que faziam imensas vezes. A gestão do orçamento tinha sido feita de uma forma pragmática para se conseguir taxas de execução orçamentais, iguais às que tinham sido apresentados no último ano e, portanto, a questão do valor que era apresentado não assim tão importante porque o que estava, agora, em causa era a criação da rubrica que não existia.-----

-----Solicitou a palavra **Américo Oliveira Castro**, eleito pela CDU, para dizer que, por casualidade, cabia-lhe a ele estar presente. Há vários anos atrás, nesta Assembleia, e por muitos membros hoje aqui presentes, tinha sido aprovada uma proposta, que resolvia o problema do estádio municipal. Aquando do Euro de 2004, tinha havido uma proposta para que a Câmara instaase negociações com a organização desse evento e



[Handwritten signature]

teria sido possível fazer um estádio novo, tendo aquelas equipas que jogaram em Guimarães, virem treinar a Fafe. Essa proposta tinha sido aprovada e os terrenos no estádio municipal, na altura, não havia crise na construção civil dariam, praticamente, para as obras que se iriam executar. Lamentava que essa proposta não tenha passado do papel, tecendo vários comentários políticos. Prosseguiu, dizendo que não podia deixar de fazer um reparo à forma como se procurou resolver esta situação, quando se tinha uma piscina municipal a precisar urgentemente de obras e a ser frequentada por dezenas de pessoas, umas para a prática de desporto, outras por questões de saúde. Tinham uma Central de Camionagem degradada, um canil sem condições, quer para os animais, quer para o pessoal que lá trabalhava e, para essa obras, havia dificuldades.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelos IPF, para declarar que tinha de concordar com o fato de que eram precisas obras no Parque Municipal de Desportos. Não fazia sentido ter-se uma equipa de futebol na segunda divisão nacional e a mesma ter que jogar em casa emprestada, em Felgueiras. Colocou duas questões ao Presidente da Câmara, sendo que a primeira era saber de que forma iam ser executadas as obras, quais os passos que iam ser dados para que as mesmas efetivamente se fizessem e, a segunda relativa ao protocolo de cedência das instalações à Associação Desportiva de Fafe, querendo saber se ia haver alguma alteração ao mesmo, sendo certo que, neste momento, a Associação Desportiva de Fafe era uma coisa e a Sociedade Anónima Desportiva era outra, se estava previsto a criação de uma renda por parte da ADF à Câmara, se previa, também, direitos e obrigações, nomeadamente no que dizia respeito à manutenção o mais eficiente possível das instalações que lhe iam ser entregues. Teceu comentários políticos sobre este assunto, dizendo que esta obra tinha sido uma promessa, pelo que já devia estar feita há muito.-----

-----Foi dada a palavra a **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa**, eleito pelo PSD, para referir que, na sequência do que já tinha sido dito anteriormente, era objetivo do Partido Social Democrata que essas obras careciam e mereciam ser feitas com a maior brevidade e urgência possível, pelo que era a sua posição de fundo. No entanto, não poderia deixar de salientar, como já tinha sido referido, que tinha sido apresentado nesta Assembleia, antes de 2004, a promoção e a potencialidade do que seria o Euro



Handwritten signatures in black and blue ink.

também para Fafe. Lembrou que o anterior Presidente de Câmara tinha afirmado, aquando da discussão do plano para o ano de 2005, que era um compromisso dele e consequentemente do seu executivo, de que seria uma obra a concretizar no ano seguinte ou seja 2006, a requalificação do Parque Municipal de Desportos de Fafe. De fato, tal não tinha acontecido e, mais uma vez, se onerou o futuro de Fafe para se poder apresentar umas contas melhores que tanto tinham sido publicitadas. Ora se não se executavam obras as contas seriam, necessariamente, melhores. Mas não tinha sido só isso. Em 2012, também, na discussão do orçamento, ele próprio tinha alertado para o fato de vir a existir nos anos seguintes, através do ON2, fundos comunitários que apoiavam em 85% exatamente a requalificação de estádios municipais, apesar de, no caso de Fafe, existir um protocolo, poderia ter-se chamado a nós o estádio e ter sido feita essa obra de raiz, tendo em consideração que apenas se teria que colocar 15% do dinheiro do Município de Fafe. Mais uma vez, tinha sido dito que este assunto seria levado em consideração, mas tal não tinha acontecido. Prosseguiu dizendo que esta era uma obra importante que desejavam fazer e que o Fafe merecia que fosse feita mas, que era uma obra que acusava muita negligência do Partido Socialista, principalmente nos anos anteriores. Subscreeu as questões colocadas mas havia mais um ponto para o qual precisava de um esclarecimento e que tinha a ver com o fato de perceber se o financiamento que se tinha contraído nas últimas Assembleias Municipais, para executar determinadas obras e em que se tinha alocado essas verbas para esses fins, se isso não podia, questão que reiterava desconhecer, inferir no fato de se estar agora a canalizar essas verbas para este fim. Seria importante perceber de que forma é que irão conduzir este processo.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção dizendo que, como já tinha sido referido, ele também concordava com o fato de haver necessidade de obras no Parque Municipal de Desportos. No entanto era conveniente saber de onde vinham as verbas agora incluídas nesta nova rubrica porque, se essas tinham sido retiradas de rubricas destinadas a abastecimento de água do concelho, ele queria fazer um pergunta muito clara a todos os Senhores Deputados e a todos os Senhores Presidentes de Junta se concordavam com o fato que a sua freguesia não tivesse abastecimento de água, que era um bem



Handwritten initials and a signature in blue ink, possibly reading 'R. Manuel Rebelo Cunha'.

necessário e essencial e, se o Presidente da Câmara dissesse que a verba para as obras no estádio provinham das verbas do abastecimento de água ao concelho, qual era a posição desta Assembleia. Prosseguiu, dizendo que, ao longo destes anos, verificava-se que toda a política ligada ao desporto tinha ocorrido com erros sistemáticos, um dos quais tinha sido a construção dos ringues polivalentes, em algumas freguesias, onde neste momento o estado dos mesmos deixava muito a desejar. Questionou o Presidente da Câmara sobre a política dos subsídios a atribuir às coletividades e que, no seu entender o que deveria ser incentivado era o desporto escolar criando condições para a prática do mesmo.-----

-----Solicitou a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para dizer que os membros do PS, com certeza, todos os membros desta Assembleia e a população em geral estavam hoje contentes pelo seu clube ter subido, depois de tantos anos, à segunda divisão. Estavam a discutir um investimento que a Câmara fará para proporcionar à Associação Desportiva de Fafe condições para estar no patamar competitivo mais elevado, com certeza que todos o queriam fazer dentro das regras, seguindo a contratação pública e de forma a que as obras sejam feitas num mais curto espaço de tempo possível, cumprindo as leis da República Portuguesa. Prosseguiu dizendo que esse investimento era importante para mais vetores, uma vez que, se conseguisse ter a Associação Desportiva de Fafe algum tempo a jogar na segunda liga, seria bom para o turismo e para a restauração, uma vez que os clubes que viriam visitar Fafe, traziam adeptos. Também seria vantajoso para os nossos jovens, uma vez que a Associação Desportiva de Fafe tinha formação. Face ao exposto, disse que o Partido Socialista concordava com esse investimento. No entanto sabiam que os recursos eram sempre escassos e que este dinheiro, também, fazia falta noutros investimentos. Por isso existia uma democracia representativa para tomar estas opções e, depois, aquando das eleições, responsabilizar-se perante o povo pelas mesmas. Relativamente às intervenções anteriores onde eram apontados erros, referiu que, na grande maioria das Câmaras Municipais, se acontecesse uma situação semelhante, o seu Presidente faria zero, uma vez que estaria a pagar dívidas, o que não acontecia em Fafe, dado era possível mexer no orçamento porque, durante muitas décadas, tinha havida uma boa gestão do Partido Socialista.-----



-----De seguida, usou da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para lamentar que a proposta apresentada não tivesse sido tão clara como a explicação hoje dada pelo Presidente da Câmara. Disse ter sabido, através do Noticias de Fafe, de algumas obras que iriam ser realizadas tais como o arrelvamento, numa primeira fase, as bancadas, numa segunda fase, e uma terceira fase, uma outra obra qualquer. Entendia que estar a pedir a esta Assembleia a aprovação de uma verba de quatrocentos mil euros, para realizar obras no estádio municipal, sem saber quais, era o mesmo que pedir a esta Assembleia um cheque em branco, pelo que pediu ao Presidente da Câmara para os esclarecer acerca das obras que iriam ser executadas e apresentar o projeto das mesmas, sendo que as obras eram importante e essenciais. Lamentava e era pena que tivessem levado tanto tempo, uma vez que o Fafe tinha subido, no dia quatro de junho, e, passado três meses, ainda se estava a discutir o financiamento para as obras, o que considerava inadmissível. Relativamente à boa gestão financeira referida anteriormente, disse que os executivos anteriores não tinham executado obras pelo que só poderia haver dinheiro, o que considerava uma má gestão.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído**, para dizer que ninguém tinha dado os parabéns à Associação Desportiva de Fafe por ter subido de divisão e pelo início espetacular, independentemente da derrota do dia anterior. Disse estar plenamente de acordo, apenas achava que tardava, por demorar. O Fafe já devia ter um estádio novo, para que se possam atrair mais pessoal a Fafe, lucrando o comércio com essa situação e para que os Fafenses não precisassem de se deslocar a Felgueiras, o que lhe parecia um pouco vergonhoso não dispor de um próprio estádio. Mediante o que já tinha sido referido e estando a um ano das eleições, ficava um pouco perplexo por ver que esta votação tinha sido na Câmara por maioria, apenas com uma abstenção e, ver nesta Assembleia, deputados colocar entraves. Estava em tempo de caça a partir do mês de outubro, mas que não era essa caça que já estava aqui a ver-se politicamente. Era uma caça daqui por um ano e aí as coisas começavam-se a desmarcar. Terminou dizendo que esperava que esta proposta fosse aprovada para bem do Fafe, ficando assim muito contente pela Associação Desportiva de Fafe ter o seu estádio e poder acolher os jogos



em que participava nesta Liga, que entendia ser muito importante. Independentemente dos erros do passado, ele também tinha estado no Parque da Cidade a ver o Secretário de Estado do Ambiente a prometer uma estádio novo, não tendo sido possível, todos cometiam erros, pelo que ia votar favoravelmente esta proposta.-----

-----Solicitou a palavra o **Vereador Parcídio Summavielle** para esclarecer a posição de abstenção dos Grupo de Cidadãos Independentes por Fafe, que se devia ao fato da proposta ser uma revisão ao orçamento, posição que relativamente aos assuntos financeiros, tinha sido tomada desde o início do mandato, tendo, no entanto as obras referidas sido aprovadas, por unanimidade, numa reunião de Câmara, anterior.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para agradecer o esclarecimento do Vereador Parcídio Summavielle e dizendo que era precisamente o que ele pretendia agora explicar. Estava-se a falar de dois pontos em dois tempos. Houve um primeiro tempo em que a Câmara tinha decidido, por unanimidade, intervir e a forma de o fazer e depois as consequências dessa decisão que tinham a ver com a alteração ao orçamento, que era isso que estava a ser hoje discutido. Tinha apreciado esta discussão, mas o que se estava a apreciar hoje era uma questão técnica, ou seja passar a incluir no Plano e Orçamento da Câmara uma ação que se chamava “Intervenção no Parque Municipal de Desportos” e isso era competência estrita da Assembleia. Prosseguiu, dizendo que uma das decisões que tinham tomado, por unanimidade, na tal reunião de Câmara, era que se iria procurar criar as condições mínimas para que o Fafe pudesse rapidamente jogar em Fafe, sem estar a assumir um compromisso que isso acabava por ser um processo um pouco dialético de negociações entre a Câmara, o Fafe e a Liga. O que pareciam ser as condições mínimas passavam pelo relvado, pela iluminação e pelos balneários e, eventualmente, algum arranjo nos acessos para se poderem separar os adeptos. O compromisso que existia em termos de valores não poderia ser um compromisso absolutamente fechado. Existiam algumas verbas que lhes permitiam avançar rapidamente para a questão do relvado e, eventualmente, para a iluminação. Queria dizer, também, para responder ao deputado José Augusto Pereira Rodrigues que nenhum destes financiamentos tinham sido retirados do abastecimento de água ao concelho e, que o compromisso que ele tinha assumido



relativamente ao abastecimento de água ao norte do concelho, era para manter. Já tinha sido efetuada uma candidatura, no valor de aproximadamente oitocentos mil euros, pelo que contava que, até ao final do mandato, pudesse cumprir essa promessa. As notícias referidas na comunicação social não tiveram como fonte a Câmara. Afirmou não fazer política pelos jornais. Sobre a pergunta relacionada com os empréstimos já autorizados por essa Assembleia poderem ser desviados para este investimento, tal não poderia ser porque a lei não o permitia. Os empréstimos eram aprovados pela Assembleia, bem como o fim para que se destinavam. Relativamente ao tempo já decorrido, disse que poderia ter sido mais cedo, no entanto, também estava à espera que o Fafe reunisse em Assembleia Geral, para se poder alterar a relação protocolar entre as duas partes, assembleia que, por causa das férias, ainda não tinha acontecido e o protocolo não estava ainda feito. No entanto, na reunião em que tinha sido votada, por unanimidade, a intervenção ao Parque Municipal de Desportos, tinha sido acertado que todos pretendiam pôr o Fafe a jogar em Fafe o mais rapidamente possível mas com toda a segurança e legalidade exigida, sem atropelos, sendo que as obras seriam executadas de acordo com o Código de Contratação Pública. Terminou dizendo que as três forças políticas representadas na Câmara tinham acertado que nenhuma delas utilizasse este investimento para fins político-partidários.-
-----Não havendo mais intervenção, foi colocada à votação, sendo aprovada, **por maioria, com sete abstenções**.-----
-----Foi dada a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade**.-----
-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram dez horas e trinta minutos. - E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do anexo I, da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Manuel
Silvino Soares
Manuel Jordão